

5.2. Levantamento dos processos museológicos locais

Se tomarmos como ponto de partida o Inquérito aos Museus em Portugal efectuado pelo IPM em 2000, conclui-se pela existência de apenas sete museus nos concelhos da Beira Interior Sul:

- o Museu Francisco Tavares Proença Júnior em Castelo Branco – museu regional tutelado pelo IPM – criado em 1910;
- o Museu Académico de Castelo Branco - encerrado ao público;
- o Museu de Arte Sacra “Domingos dos Santos Pio” da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco - aberto ao público desde 1984;
- o Museu Municipal de Penamacor – tutelado pela autarquia de Penamacor, aberto ao público desde 1949;
- o Museu Epigráfico Egitanense em Idanha-a-Velha – colecção particular - criado nos anos trinta do século XX e extinto nos anos sessenta;
- o Museu Lapidar Igaeditanus em Idanha-a-Velha – criado nos anos sessenta do século XX por D. Fernando de Almeida com a colecção do museu epigráfico egitanense com as peças recolhidas nas campanhas de escavação então realizadas; foi extinto com a afectação da Sé de Idanha-a-Velha ao IPPAR e com as obras de restauro aí realizadas;

- o Centro Municipal da Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão – associação municipal cuja área museológica deixou de funcionar durante a vigência do último executivo camarário, estando em funcionamento apenas a biblioteca. Contudo, o novo executivo pretende reabilitar o programa museológico do centro.

Destes, apenas três fazem parte da amostragem do inquérito: o Museu Regional de Castelo Branco “Francisco Tavares Proença Júnior”, o Museu Municipal de Penamacor e o Centro Municipal de Cultura de Vila Velha de Ródão que entretanto perdeu a sua componente museal.

Ao utilizarmos na nossa análise uma definição de museu alargada (que neste trabalho substituímos por Processos Museológicos), os resultados foram substancialmente diferentes e mostraram uma nova realidade museológica na Beira Interior Sul.

Partindo da concepção de museu apresentada na alínea vii) da definição do ICOM: as instituições [museus] ou organizações [associações de defesa do património e outras] com fins não lucrativos que exercem actividades de investigação, educativas, de formação, de documentação e outras relacionadas com os museus ou a museologia, (sublinhado e parênteses rectos são nossos), da pesquisa realizada no terreno e da consulta aos jornais locais, resultou uma listagem de potenciais processos museológicos a contactar pessoal e individualmente.

Trata-se na grande maioria de Associações Culturais e Recreativas que operam na área da ocupação dos tempos livres, dinamização e divulgação de actividades desportivas e culturais ou como centros de convívio ou lares e centros de dia para a terceira idade. Outros são pequenos museus locais de iniciativas diversas e associações ligadas à defesa do património e ligas de amigos das freguesias.

BEIRA INTERIOR SUL: 58 FREGUESIAS**CONCELHO DE CASTELO-BRANCO**

Freguesia	Instituição
ALCAINS	ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alcains: Museu Etnográfico de Artes e Ofícios Museu do Canteiro
ALMACEDA	
BENQUERENÇAS	Liga dos Amigos do Pardal
CAFEDE	
CASTELO BRANCO	Amato Lusitano: Associação e Desenvolvimento Museu Académico Museu de Arte Sacra
	OUTREM – Associação de defesa do Ambiente e do Património
CEBOLAIS DE CIMA	
ESCALOS DE BAIXO	
ESCALOS DE CIMA	
FREIXIAL DO CAMPO	
JUNCAL DO CAMPO	
LARDOSA	Centro Popular de Cultura e Desporto
LOURIÇAL DO CAMPO	
LOUSA	
MALPICA DO TEJO	Cooperativa Agrícola: museu do lagar
MATA	
MONFORTE DA BEIRA	
NINHO DO AÇOR	Museu Etnográfico
PÓVOA DE RIO DE MOINHOS	
RETAXO	Associação Cultural Rancho Folclórico do Retaxo
SALGUEIRO DO CAMPO	
SANTO ANDRÉ DAS TOJEIRAS	
SÃO VICENTE DA BEIRA	GEGA: Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha Museu de Arte Sacra
SARZEDAS	
SOBRAL DO CAMPO	Casa da Cultura
TINALHAS	SUMAGRE: associação de defesa do património
TOTAL: 25 FREGUESIAS	

Quadro 4
Levantamento no concelho de Castelo Branco

CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA

Freguesia	Instituição
ALCAFOZES	Casa da Cultura/Museu etnográfico
	Centro Cultural
ALDEIA SANTA MARGARIDA	Associação Cultural e Recreativa
	Liga dos Amigos de Santa Margarida
IDANHA-A-NOVA	Centro Cultural Raiano
IDANHA-A-VELHA	Aldeia histórica musealizada
LADOEIRO	Associação Cultural e Desportiva do Ladoeiro
MEDELIM	Casa da Cultura de Medelim
MONFORTINHO/TERMAS	
MONSANTO	Aldeia histórica
	Museu de Arte Sacra
OLEDO	Casa da Cultura
PENHA GARCIA	Associação do Património Natural e Cultural
	Liga dos Amigos
	Colecção particular
PROENÇA-A-VELHA	Museu de arte sacra da Santa Casa da Misericórdia
	Lagares musealizados
	PROENÇAL – associação
ROSMANINHAL	Exposição Etnográfica
SALVATERRA DO EXTREMO	
S.MIGUEL D'ACHA	Casa da Cultura
SEGURA	
SOALHEIRA (anexa)	Casa do Povo
TOULÕES	Centro Social e Cultural
ZEBREIRA	Centro Cultural e Social
TOTAL: 17 FREGUESIAS	

Quadro 5
Levantamento no concelho de Idanha-a-Nova

CONCELHO DE PENAMACOR

Freguesia	Instituição
ÁGUAS	
ALDEIA DO BISPO	
ALDEIA DE JOÃO PIRES	Museu Etnográfico e de arte sacra
ARANHAS	Liga dos Amigos das Aranhas
BEMPOSTA	
BENQUERENÇA	Associação Cultural
MEIMÃO	
MEIMOA	Museu Dr. Mário Bento
PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO	
PENAMACOR	MENAGEM: associação cultural e de desenvolvimento
	Museu Municipal
	ADIRPA – Associação Municipal
SALVADOR	
VALE DA SENHORA DA	

PÓVOA	
TOTAL: 12 FREGUESIAS	

Quadro 6
Levantamento no concelho de Penamacor

CONCELHO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Freguesia	Instituição
FRATEL	Colecção Particular
PERAIS	
SARNADAS DE RÓDÃO	
VILA VELHA DE RÓDÃO	ADRACES: Associação para o desenvolvimento da Raia Centro e Sul/Museu Etnográfico
	Centro Municipal da Cultura e Desenvolvimento: Associação Municipal
	AEAT: Associação de estudos do Alto Tejo/Núcleo regional de investigação arqueológica
FOZ DO COBRÃO (anexa)	GAFOZ: Associação de Amigos
TOTAL: 4 FREGUESIAS	

Quadro 7
Levantamento no concelho de Vila Velha de Ródão

Nem todas as instituições aqui elencadas constam da nossa análise porque no decorrer da pesquisa confirmou-se não se tratar de processos museológicos mas de entidades que trabalham na vertente social, principalmente no apoio à terceira idade e aos jovens (actividades desportivas). Excluimos igualmente as duas colecções particulares identificadas por não estarem abertas ao público.

Uma destas colecções – Fratel – é constituída por rádios antigos que o coleccionador foi recolhendo e comprando aleatoriamente, ao sabor das disponibilidades e do gosto pessoal.

A segunda colecção – Penha Garcia – é um conjunto apreciável de arte sacra, que a Associação de Defesa do Património Natural e Cultural pretende adquirir, havendo neste caso a possibilidade de integrar um futuro museu ou ser exposta e trabalhada museograficamente. De momento mantém-se na casa do proprietário sendo

bastante difícil aceder a ela por condicionantes relativas à privacidade pessoal e à segurança.

Conforme referido na metodologia, este primeiro levantamento/diagnóstico foi efectuado através da pesquisa na imprensa local diária e semanal e pelo contacto escrito com as quatro Câmaras Municipais e a associação de desenvolvimento local ADRACES.

De acordo com a definição de Processo Museológico entendido como o conjunto de procedimentos e factores que possibilitam que parcelas do património se transformem em herança cultural, na medida em que sobre elas recaem as acções museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, consideramos que além dos museus e museus locais, também as associações culturais, de defesa do património, as casas da cultura, os centros culturais e ligas de amigos são processos museológicos quando desenvolvem uma ou mais das acções seguintes:

- desenvolvem acções de preservação, estudo e/ou comunicação sobre parcelas do património cultural local;
- perseguem o desenvolvimento local com base no património;
- procuram o envolvimento da comunidade nas suas acções;
- desenvolvem acções que permitem ao cidadão reconhecer o seu património cultural;
- desenvolvem uma análise e reflexão sobre o património na dinâmica do processo museal – produção do conhecimento;
- desenvolvem acções de sensibilização em relação à identidade e ao património, de mobilização da comunidade (educação patrimonial);
- iniciam o processo de transformação do objecto em documento (eixo da musealização) através da atribuição de significados.

Sob esta óptica, constarão do nosso estudo os seguintes processos museológicos, apresentados por ordem alfabética e identificados de acordo com os modelos de processo museológico referidos atrás; a identificação da entidade tutelar vem mencionada sempre que existe.

A numeração atribuída será utilizada para a identificação do processo museológico sempre que mencionado e foi atribuído um código a cada um consoante o modelo presente. Assim, **AH** significa Aldeia Histórica, **A** para Associação, os Centros Culturais são representados pelas letras **CC**, as Casas da Cultura por **CCU**, os museus pela letra **M** e as exposições avulso por **E**:

- 01.AH – Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha – Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
- 02.AH – Aldeia Histórica de Monsanto – Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
- 03.A – ADRACES – Associação de Desenvolvimento da Raia Centro e Sul
- 04.A – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Penha Garcia
- 05.A – Associação Cultural Rancho Folclórico do Retaxo
- 06.A – AEAT – Associação de Estudos do Alto Tejo
- 07.A – ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alcains
- 08.CCU – Casa da Cultura de Alcafozes – Junta de Freguesia
- 09.CCU – Casa da Cultura de Medelim
- 10.CCU – Casa da Cultura de Oledo – Junta de Freguesia
- 11.CCU – Casa da Cultura de São Miguel d’Acha – Junta de Freguesia
- 12.CCU – Casa da Cultura de Sobral do Campo – Junta de Freguesia
- 13. A – Associação da Casa do Povo das Soalheiras
- 14.CCU – Centro Cultural de Alcafozes
- 15.CC – Centro Cultural e Social da Zebreira – Junta de Freguesia
- 16.CC – Centro Cultural do Ladoeiro – Junta de Freguesia
- 17.CC – Centro Cultural Raiano – Câmara Municipal
- 18.A – Centro Municipal da Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão – Câmara Municipal

- 19.E – Exposição Etnográfica do Rosmaninhal
- 20.A – GEGA – Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha
- 21.A – GAFOZ – Grupo dos Amigos de Foz do Cobrão
- 22.A – Liga dos Amigos das Aranhas
- 23.A – MENAGEM – Associação Cultural e de Desenvolvimento de Penamacor
- 24.A – Museu Académico de Castelo Branco
- 25.M – Museu Etnográfico e Cultural de Ninho do Açor – Junta de Freguesia
- 26.M – Museu Etnográfico e de Arte Sacra da Aldeia de João Pires
- 27.M – Museu de Arte Sacra da Igreja Matriz de Monsanto
- 28.M – Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Proença-a-Velha – Santa Casa da Misericórdia
- 29.M – Museu de Arte Sacra da Misericórdia de São Vicente da Beira – Santa Casa da Misericórdia
- 30.M – Museu de Arte Sacra “Domingos dos Santos Pio” – Santa Casa da Misericórdia
- 31.M – Museu do Canteiro
- 32.M – Museu “Dr. Mário Bento” – Câmara Municipal
- 33.M – Museu Municipal de Penamacor – Câmara Municipal
- 34.A – PROENÇAL – Associação para o Desenvolvimento Local da Freguesia de Proença-a-Velha
- 35.A – SUMAGRE – Associação de Salvaguarda do Património Cultural e Artístico de Tinalhas.

Efectuada uma síntese dos dados compilados em ANEXO (pp. XXV/LXXXIII) resultou um quadro de caracterização geral dos trinta e cinco processos museológicos a analisar.

5.4. Quadro de caracterização

QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS DA BEIRA INTERIOR SUL

Processos museológicos	Freguesia	Arranque	Iniciativa de criação	Factores arranque	de Área Patrimonial	Ação museológica	Objetivos
01. AH Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha	Idanha-a-Velha	1995	Administração central	Coleção preexistente, recolha, pesquisa local, problema local, bens arqueológicos, património natural, património arquitectónico, existência de financiamentos, motivos políticos.	Etnografia, arqueologia e património arquitectónico	Conservação, divulgação, valorização.	Superar os efeitos negativos da degradação e desertificação; a reafirmação da identidade do interior; reforço da autoestima das populações; valorização do significado da Aldeia no país e estrangeiro; promoção como local de visita turística; promover condições de habitabilidade; desenvolvimento social e económico; a preservação da memória através da valorização do legado histórico; a participação dos actores locais públicos e privados em parceria com os diferentes níveis da Administração.
02. AH Aldeia Histórica de Monsanto	Monsanto	1995	Administração central	Problema local, património natural, património arquitectónico, existência de financiamentos, motivos políticos.	Património arquitectónico e natural	Conservação, divulgação, valorização.	Idem.
03. A ADRACES Associação Desenvolvimento da Raia Centro e Sul	Vila V. Ródão	1993	Iniciativa colectiva	Compra de acervo, instalações preexistentes.	Etnografia	Recolha, conservação, documentação / inventário, exposição	Sintetizar, numa exposição, os aspectos mais representativos da vida ligada ao trabalho rural; desenvolvimento social e económico; dinamizar socialmente a terra; aumento do turismo; divulgação do património; divulgação/promoção da associação

04. A Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Penha Garcia	Penha Garcia	1980	Iniciativa colectiva	Problema existência de património natural, património arquitectónico.	Etnografia, património arquitectónico, património natural	Recolha, preservação/conservação, exposição, sensibilização e educação patrimonial, educação ambiental.	Musealização <i>in situ</i> , recuperação de espaços, desenvolvimento económico, definição da identidade local, dinamização social, aumento do turismo, divulgação do património e manutenção das características urbanísticas e arquitectónicas da freguesia. Promoção do associativismo juvenil, defesa e preservação do património histórico-cultural, educação ambiental e conservação da natureza, levantamento e divulgação da cultura popular
05. A Associação Cultural Rancho Folclórico do Retaxo	Retaxo	1981	Iniciativa colectiva	Recolha, pesquisa local	Etnografia, património imaterial, património natural	Recolha, pesquisa local, divulgação, utilização dos recursos locais, sensibilização e educação patrimonial, apoio ao ensino e formação profissional, valorização e reabilitação de antigos saberes, reabilitação de actividades tradicionais, educação ambiental e eventos culturais diversos.	Criação de um museu, preservação e recuperação de espaços, definição da identidade local, ocupação dos tempos livres, dinamização social e cultural, aumento do turismo, aumento das competências individuais, fixação da população, aumento da autoestima, valorização e transmissão dos saberes da população mais idosa, salvaguarda das tradições locais, promoção da aproximação entre as crianças e os idosos da freguesia
06. A AEAT Associação de Estudos do Alto Tejo	Vila V. Ródão	1972	Iniciativa colectiva	Recolha, pesquisa local, bens arqueológicos	Arqueologia, património imaterial, património natural	Pesquisa, recolha, conservação, documentação e inventário, exposição, publicação e divulgação. Escavação arqueológica do concelho.	O estudo e a preservação do património construído e natural do sul da Beira Interior e a promoção e ocupação dos tempos livres dos jovens de forma saudável e enriquecedora.
07. A ARCA Associação Recreativa e Cultural de	Alcains	1980	Iniciativa colectiva	Recolha	Etnografia, património imaterial	Recolha, conservação, documentação e inventário, exposição. Utilização dos recursos locais, sensibilização e educação patrimonial,	Mostrar numa exposição, os aspectos mais representativos do viver quotidiano da freguesia em tempos antigos. Criação de um museu, realização de exposições, colecção, preservação, desenvolvimento económico, definição da identidade local, criação de emprego, ocupação de tempos

Alcains						formação profissional, valorização dos antigos saberes, eventos culturais diversos na área do teatro e da música, reabilitação de actividades tradicionais	livres, dinamização social e cultural, aumento das competências individuais, fixação da população, aumento da autoestima.
08. CCU Casa da Cultura de Alcafozes	Alcafozes	2000	Junta de freguesia	Recolha, existência de verbas e financiamentos, motivos políticos	Etnografia	Recolha, conservação, exposição, documentação/inventário	Preservação da memória no futuro; valorização do sentimento colectivo da comunidade; definição da identidade; intensificação da vida sócio-cultural; contribuição para inverter a tendência de isolamento/fixação da população.
09. CCU Casa da Cultura de Medelim	Medelim	2000	Iniciativa colectiva	Recolha, compra, problema local	Etnografia	Recolha, preservação/conservação, documentação/inventário, exposição, preservação de arquitectura tradicional, realização de eventos culturais diversos, valorização de antigos saberes, preservação patrimonial	Servir como centro de informação e divulgação dos usos e costumes, da história e ainda de alguns dos produtos naturais, típicos do povo e da região beirã, criação de um espaço museológico; acção educativa e didáctica.
10. CCU Casa da Cultura de Oledo	Oledo	2001	Junta de freguesia	Existência de verbas e financiamentos, motivos políticos	Por definir	Por definir	Por definir
11. CCU Casa da Cultura de São Miguel d'Acha	S. Miguel d'Acha	1990	Junta de freguesia	Existência de verbas e financiamentos, motivos políticos	Artes plásticas	Exposição e divulgação	Divulgação da produção artística da freguesia; aumento da autoestima; valorização do património
12. CCU Casa da Cultura de Sobral do	Sobral do Campo	2001	Junta de freguesia	Existência de verbas e financiamentos, motivos políticos	Património arquitectónico e património	Conservação de património arquitectónico, recuperação de saberes antigos	Constituição de um museu.

Campo	Localidade	Ano	Iniciativa	Recolha	Imaterial	Recolha, exposição	Divulgação do património; reforço da identidade local
13. A Associação da Casa do Povo das Soalheiras	Soalheiras	1990	Iniciativa colectiva	Recolha	Etnografia	Recolha, exposição	Divulgação do património; reforço da identidade local
14. CC Centro Cultural de Alcafozes	Alcafozes	2003	Autarquia	Existência de verbas e financiamentos, pesquisa local	Património imaterial	Exposição	Apoio do turismo da região
15. CC Centro Cultural da Zebreira	Zebreira	1993	Autarquia	Existência de verbas e financiamentos, motivos políticos	Por definir	Por definir	Servir a população da Zebreira
16. CC Centro Cultural do Ladoeiro	Ladoeiro	1990	Autarquia	Existência de verbas e financiamentos, motivos políticos	Por definir	Por definir	Aumentar a atractividade do local; tentativa de travar o esvaziamento populacional
17. CC Centro Cultural Raiano	Idanha-a-Nova	1997	Autarquia	Recolha, compra, pesquisa local, problema local, existência de verbas e financiamentos, motivos políticos	Etnografia, artes plásticas, documentação	Pesquisa, recolha, conservação, documentação e inventário, exposição, divulgação / publicação; utilização dos recursos locais, eventos culturais diversos.	Criar desenvolvimento económico; esbater as barreiras existentes entre o interior e o resto do país; provar que no interior também existem projectos de qualidade; salvar a memória de um povo; preservar as alfaias agrícolas em vias de extinção; criar um espaço de afirmação das gentes de Idanha; pólo de divulgação cultural e de dinamização sobre temas que privilegiem o território de Idanha e da Raia Central.
18. A Centro Municipal da Cultura e Desenvolvimento	Vila V. Ródão	1980	Autarquia	Colecção precistente, recolha	Arqueologia	Conservação, documentação / inventário, divulgação, exposição	Criação de um núcleo museológico dedicado ao património arqueológico do concelho
19. E Exposição Etnográfica do Rosmaninhal	Rosmaninhal	2002	Iniciativa individual	Compra	Etnografia	Recolha, compra, conservação, exposição e pesquisa	Constituição de uma colecção e venda com finalidades económicas

20. A GEGA Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha	S. Vicente da Beira	1988	Iniciativa colectiva	Recolha, pesquisa local, problema local, arqueológicos, património natural, património arquitectónico	Etnografia, arqueologia, documentação, património arquitectónico, património imaterial, património natural	Pesquisa, conservação, documentação/inventário, exposição, publicação / divulgação, utilização dos recursos naturais, sensibilização e educação patrimonial, apoio ao ensino e acção educativa, formação profissional, valorização dos antigos saberes	recolha, conservação, documentação/inventário, exposição, publicação / divulgação, utilização dos recursos naturais, sensibilização e educação patrimonial, apoio ao ensino e acção educativa, formação profissional, valorização dos antigos saberes	Criação de um museu, elaboração de exposições, preservação patrimonial, estudo, desenvolvimento económico local, definição da identidade local, criação de emprego, ocupação dos tempos livres, dinamização sociocultural, aumento do turismo, aumento das competências individuais, fixação da população, divulgação do património cultural e natural, aumento da autoestima, desenvolvimento local
21. A GAFOZ Grupo de Amigos de Foz do Córão	Foz do Córão	1966	Iniciativa colectiva	Problema local, instalações preexistentes	Etnografia, artes plásticas	Colecta, documentação / inventário, exposição	conservação, documentação / inventário, exposição	Melhorar as acessibilidades à terra; preservar o património natural e cultural; realizar melhoramentos diversos na localidade por forma a permitir a fixação da população e combater o isolamento.
22. A Liga dos Amigos das Aranhas	Aranhas	1971	Iniciativa colectiva	Instalações preexistentes	Etnografia, documentação	Recolha, conservação, exposição, divulgação do património, formação profissional.	conservação, divulgação do património, formação profissional.	Lutar pela conservação e desenvolvimento dos valores culturais e artísticos do Povo e o objectivo expresso nos estatutos da Associação. Definição da identidade local, dinamização sociocultural, aumento da auto estima.
23. A MENAGEM Associação Cultural e de Desenvolvimento de Penamacor	Penamacor	1988	Iniciativa colectiva	Problema local	Património imaterial, artes plásticas e património natural	Pesquisa, documentação/inventário, exposição, sensibilização patrimonial, cultural e ambiental, divulgação/preservação de actividades ou profissões tradicionais, jogos e actividades de educação ambiental, utilização de recursos locais.	exposição, documentação/inventário, sensibilização cultural e ambiental, divulgação/preservação de actividades ou profissões tradicionais, jogos e actividades de educação ambiental, utilização de recursos locais.	Dinamização e desenvolvimento através do recurso ao património local e à educação patrimonial. A animação e dinamização sociocultural; actividades de tempos livres, acções de formação e a preservação do património cultural e ambiental. Promover o desenvolvimento dos associados nos aspectos culturais, intelectuais, recreativos e cívicos

24. M Museu Académico de Castelo Branco	Castelo Branco	1988		Iniciativa colectiva	Recolha	Documentação	Recolha, documentação, exposição, conservação,	Promover a recolha de tudo o que se encontre ligado à vida académica em Castelo Branco, nomeadamente bibliografia, desenhos, pinturas, fotografias, e outros objectos e ainda a promoção de manifestações de ordem cultural.
25. M Museu Etnográfico e Cultural de Ninho do Açor	Ninho do Açor	1994		Junta de freguesia	Colecção preexistente, recolha, património arquitectónico, existência de verbas e financiamentos	Etnografia	Recolha, conservação, exposição; utilização dos recursos locais, sensibilização e educação patrimonial, apoio ao ensino e acção educativa, valorização dos antigos saberes, reabilitação de actividades tradicionais	Lutar contra a desertificação; criação de postos de trabalho; formação profissional; "alfabetização" tecnológica e possibilidade de realizar a formação escolar geral na freguesia; criação de um museu.
26. M Museu Etnográfico e de Arte Sacra da Aldeia de João Pires	Aldeia João Pires	1995		Iniciativa colectiva	Colecção preexistente, recolha, património arquitectónico, existência de verbas e financiamentos	Etnografia, arte sacra, arqueologia	Colecta, conservação, exposição.	Promover a cultura, as artes e ofícios, o artesanato, a defesa do património, efectuar recolhas, fomentar o gosto pela leitura e ocupação de tempos livres.
27. M Museu de Arte Sacra da Igreja matriz de Monsanto	Monsanto	2002		Igreja	Colecção preexistente, existência de verbas e financiamentos	Arte sacra e documentação	Preservação e exposição	Criação de um museu, realização de exposições de temática religiosa, preservação do património da misericórdia.
28. M Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Proença-a-Velha	Proença-a-Velha	2000		Igreja	Colecção preexistente, existência de verbas e financiamentos	Arte sacra	Recolha, conservação, documentação e inventário e exposição.	Ser um benefício para a misericórdia, para a cultura e para o turismo regional.
29. M Museu de Arte	S. Vicente da Beira	2000		Igreja	Colecção preexistente, existência de verbas e financiamentos	Arte sacra e arqueologia	Recolha, conservação, exposição,	Criação de um museu, realização de exposições de temática religiosa, preservação do património da misericórdia.

Sacra da Misericórdia de S. Vicente da Beira	Castelo Branco	1984	Igreja		financiamentos	Arte sacra	inventário/documentação.	criação de um museu, realização de exposição permanente, preservação do património da misericórdia, colecionismo.
30. M Museu de Arte Sacra Domingos dos Santos Pio	Alcains	1991	Iniciativa colectiva		Colecção preexistente, recolha	Etnografia e património imaterial	Preservação/conservação patrimonial, exposição, inventário, documentação e divulgação	Criação de museu, realização de exposição permanente, preservação de bens culturais materiais e de técnicas de profissão em desuso (património imaterial)
31. M Museu do Cantieiro	Meimosa	2001	Autarquia		Colecção preexistente, compra, recolha, pesquisa local, bens arqueológicos, existência de verbas e financiamentos	Etnografia, arqueologia e património arquitectónico	Recolha, conservação, documentação e inventário, exposição e divulgação.	Criação de museu local, realização de exposição permanente e exposições temporárias. Colecta, preservação, musealização in situ, recuperação de espaços. Procura-se a dinamização da freguesia, o aumento do turismo, a divulgação do património e o aumento da autoestima da população.
33. M Museu Municipal de Penamacor	Penamacor	1949	Autarquia		Colecção preexistente, recolha, património natural	Arqueologia e diversos englobam militar, numismática, mineralogia e taxidermia. Documentação	Recolha, pesquisa, conservação, documentação e inventário, exposição e divulgação	Criação de um muscu municipal, realização de exposições, preservação patrimonial, aumento do turismo.
34. A PROENÇAL	Proença-a-Velha	1990	Iniciativa colectiva		Pesquisa, problema local	Etnografia	Preservação, recolha, pesquisa, divulgação	Preservação patrimonial e aumento da consciência da importância do património comum; aumento da autoestima da população local; aumento da atratividade do local para fixação da população; aumento do turismo para desenvolvimento económico da freguesia.
35. A	Tinalhas	2002	Iniciativa		Recolha, pesquisa local	Etnografia	Recolha, pesquisa, divulgação,	Recuperação e animação do património imaterial da terra,

SUMAGRE			colectiva	património imaterial	exposição, conservação, utilização dos recursos locais, valorização dos saberes antigos, sensibilização patrimonial, acções de reconhecimento do património local	com vista à sua preservação pela reintrodução no viver quotidiano. Exposição e divulgação de objectos da vida quotidiana do passado para criação da consciência de um património local. Definição da identidade local
---------	--	--	-----------	----------------------	---	---

6. O MODELO DE ANÁLISE

6.1. Apresentação do modelo de análise

6.2. A dimensão territorial

6.3. A dimensão patrimonial

6.4. A dimensão social

6.5. Os indicadores

6.1. Apresentação do modelo de análise

Definida a problemática, elaborada a conceptualização e caracterizada a zona geográfica de actuação e o panorama patrimonial aí existente, avançamos para a apresentação do modelo de análise construído sobre os dois PARADIGMAS expostos atrás:

- o paradigma de Museologia, entendida como a relação entre o Sujeito/Comunidade, com o Objecto/Bem Cultural num Espaço/Cenário institucionalizado ou não. A museologia desenvolve-se no espaço interrelacional dos três componentes deste ternário matricial;
- o paradigma de Museu, entendido como as instituições, acções ou realizações que exercem actividades de investigação, educativas, de formação, de documentação e outras relacionadas com os museus ou a museologia, inseridas numa dinâmica global de desenvolvimento.

A estes dois paradigmas associamos o conceito operativo de Processo Museológico considerado como o conjunto de procedimentos e factores que possibilitam que parcelas do património se transformem em herança cultural, na medida em que sobre elas recaem as acções museológicas de pesquisa, preservação e comunicação.

Na nossa avaliação dos Processos Museológicos centramos a atenção em três CONCEITOS subjacentes à dinâmica museológica:

- a Identidade: entendida como um processo de reconhecimento legitimado por um conjunto de representações, imagens e sentimentos, que assumem o papel de indicadores culturais ou traços diferenciadores e

de identificação, que afirmam a pertença a uma história, uma cultura, uma comunidade;

- o Património: que definimos numa visão extremamente lata como o meio ambiente, o saber acumulado pela humanidade e o conjunto dos bens culturais;
- o Desenvolvimento local: entendido como um método para atingir a evolução do território através da mobilização dos recursos endógenos: o território, o património e a população.

Nestes conceitos iremos restringir-nos a três das suas possíveis DIMENSÕES: a dimensão territorial, a dimensão patrimonial e a dimensão social.

Se atentarmos no seguinte quadro síntese, onde se cotejam as três definições, verifica-se que todos os conceitos englobam as três dimensões mencionadas (apresentadas a *bold*):

IDENTIDADE	PATRIMÓNIO	DESENVOLVIMENTO
Compreende a dimensão do território , a dimensão da comunidade , a dimensão do ambiente , as quais interagem entre si.	Inclui o meio ambiente do indivíduo, o conjunto de conhecimentos acumulados pela humanidade e o conjunto dos bens culturais .	Método que pretende a evolução do território por meio de um processo de mobilização de recursos endógenos nas dimensões território , património e população .

Quadro 8
Definições de conceitos

6.2. A dimensão territorial

Existe um paralelismo evidente entre o termo “ambiente” utilizado nas definições de identidade e património e o termo “território” usado no conceito desenvolvimento local, pois referem-se ambos ao meio, ao território construído ou conjunto espacial que se comporta como um organismo vivo capaz de sofrer mutações e adaptações.

O TERRITÓRIO assim entendido é algo mais do que um mero suporte físico dos recursos e reconhece-se pelos “modelos de comportamiento identificables y específicos y de una cultura técnica fuertemente anclada en el territorio, que se elabora y transmite dentro del marco de las relaciones profesionales, sociales y culturales de la proximidad.” (VALLINA, 2002: 214).

Sob esta óptica e de acordo com o autor citado (2002: 214) o território entendido como sinónimo de Meio é caracterizado pelas relações entre os seguintes elementos:

- está constituído por um conjunto de actores – empresas, instituições, associações, poderes públicos locais – um conjunto de elementos materiais – empresas, infra estruturas, equipamentos – e um conjunto de elementos imateriais – o saber fazer, as formas seculares de organização e as pautas de comportamento colectivo;
- está dotado de uma capacidade dinâmica e permanente de aprendizagem, que se manifesta na disposição dos actores para modificar o seu comportamento, adquirir novas competências e conhecimentos e empreender novas soluções em função das mudanças internas ou externas;
- entende-se como um processo dinâmico e não como um conjunto estático de recursos;

- agrupam-se nele de forma coerente um aparelho produtivo, uma cultura técnica e os actores locais;
- apoia-se no mercado local de trabalho e nas relações de proximidade, tanto para favorecer o intercâmbio de mercadorias, serviços e bens como para reforçar equilibradamente as funções de cooperação e competência;
- as noções de aprendizagem, saber fazer e cultura de organização local constituem o núcleo fundamental do meio. Através da formação do saber fazer dominam-se os processos de produção e predispõem-se a novos produtos e novas técnicas. Através das atitudes e das normas de comportamento colectivo codificam-se as pautas de relação entre os actores.

A dimensão territorial engloba ainda o ambiente natural, físico e geográfico, onde se inscreve o conjunto de relações referidas.

Abordaremos a dimensão territorial no desenvolvimento de um processo museológico de forma a apreender a noção de território subjacente a esses processos e como é utilizado enquanto recurso endógeno de desenvolvimento e definidor de uma identidade.

Sendo entendido como a relação entre um espaço físico, geográfico e determinados modelos de comportamento e uma cultura técnica, relação essa vivenciada por uma comunidade, o Território inclui-se na noção de património global.

6.3. A dimensão patrimonial

Voltando à análise dos Conceitos, as expressões “conjunto de conhecimentos” e “conjunto de bens culturais” utilizadas no conceito património, são substituídas pelo próprio termo “património” no conceito de desenvolvimento local.

No conceito de identidade ao distinguir-se a dimensão territorial da dimensão ambiental, os bens patrimoniais ficam incluídos na primeira, entendida como espaço humanizado, definido pela totalidade dos elementos que constituem a identidade própria de uma área geográfica: a cultura, o património construído, os modelos de comportamento, as crenças, a vivência do espaço.

A noção de PATRIMÓNIO, tal como a de território, é dinâmica e evolutiva. Se etimologicamente o termo significa “herança paterna”, “bens de família” ou “propriedade”, actualmente não se pode desligá-la do âmbito público, colectivo, entendendo-se como o conjunto inalienável dos bens colectivos transmitidos em herança e definidores de uma identidade colectiva.

Considerando o património como o conjunto dos bens identificados pelo indivíduo a partir das suas relações com o ambiente e com os outros indivíduos, ou como o conjunto dos elementos que formam o ambiente do ser humano, o conjunto de conhecimentos acumulados pela Humanidade e o conjunto dos bens culturais fabricados para atender às suas necessidades, fica explícita a sua relação com a dimensão territorial e a dimensão social e humana, porque elas próprias são elementos constituintes do património cultural.

Uma outra questão fulcral se prende com a definição e a constituição do património: a identidade. Se na nossa abordagem, a identidade se define pela construção voluntária deste património cultural comum, que identidade estará a ser salvaguardada, que aspectos da nossa identidade se decidem preservar deixando outros no esquecimento?

Segundo Henry-Pierre Jeudy (1992: 34-38) é o reconhecimento da ameaça a um determinado modo de vida social que provoca a tentativa da sua reconstituição, pela preservação e musealização dos laços sociais perdidos, que dessa forma podem sobreviver ao integrar o património e a identidade cultural da comunidade, constituindo-se em testemunhos da memória e elementos da linguagem que permitem colocar em cena os traços originários dos modos de vida desaparecidos.

Assim, a construção do património cultural está vinculada a processos de construção ou reconstrução de identidades colectivas, num processo dinâmico de perda (ou ameaça de perda) e reapropriação/reinterpretação.

É preciso manter presente neste processo que a noção de utilidade de um bem e a noção do seu significado são atribuídas pelo observador, por um indivíduo ou por um grupo. Um objecto só se transforma em bem cultural após um processo de atribuição voluntária de significado que depende sempre da intervenção do sujeito, acção esta que constitui a dimensão social e humana do processo de construção do património cultural e das identidades colectivas.

6.4. A dimensão social

Finalmente, as expressões Humanidade/Comunidade/População utilizadas nos três Conceitos correspondem à dimensão social e humana, referindo-se à identidade colectiva, ao património colectivo e ao desenvolvimento social de uma dada comunidade.

Segundo Hugues de Varine (1987: 30-31) à dimensão social dos processos museológicos que visam o desenvolvimento local prende-se um factor fundamental: a iniciativa comunitária.

A iniciativa comunitária visa encontrar soluções para os problemas específicos da comunidade e baseia-se na identificação e análise de um problema, a que se segue uma pesquisa dos meios existentes de forma a permitir a fixação de um objectivo que se concretiza na prossecução de um projecto, que poderá ser um modelo museal ou outro. O conjunto das acções daqui resultantes visam favorecer o avanço social, cultural, económico e geral de uma dada comunidade. Da iniciativa e da participação comunitária depende o sucesso do projecto de desenvolvimento.

Relacionado com a iniciativa comunitária, o museólogo Pierre Mayrand (1994: s/p) avança com as fases evolutivas de um processo museológico composto pelos seguintes elementos interrelacionados e sequenciais:

- a Interpretação: fase inicial em que a sociedade/comunidade se caracteriza pela apatia e distanciamento face ao seu desenvolvimento. A interpretação ou conhecimento dessa comunidade é uma forma de provocação que conduz à identificação do problema existente;
- a Sensibilização: corresponde ao estágio da procura da identidade e da afinação das percepções. Após a identificação do problema a tendência é a da organização e definição do território;

- a Criação: nesta etapa pode surgir um modelo museológico²² como forma de organização e mobilização da comunidade. Entra-se na fase da Museologia que em alguns casos pode ser a fase final ficando o processo por concluir;
- a Retroacção: corresponde à avaliação de todo o processo já percorrido e à pesquisa de soluções para o problema identificado inicialmente;
- a Mudança social: é a finalidade última deste processo de museologia activa: a criação de uma sociedade nova. É o momento de chegada de um estágio A do grupo social, onde se identificou um determinado problema, a um estágio B desse mesmo grupo social, após ter encontrado a solução para esse problema.

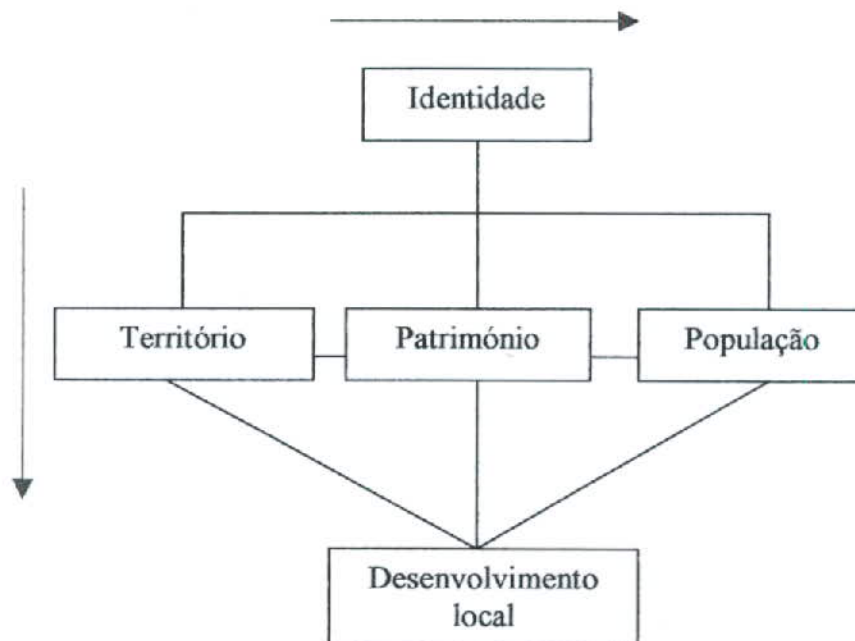
Este tipo de acção museológica corresponde a um modelo avançado de museologia activa a que poderemos chamar também museologia para o desenvolvimento que “opera a passagem da identidade, ao desenvolvimento duma personalidade contemporânea, aberta para a universalidade.” (MAYRAND, 1991: 3).

A construção duma sociedade nova partindo da iniciativa comunitária e com a participação da população na selecção dos bens patrimoniais e responsável pela construção da identidade colectiva, enquadra-se na definição de desenvolvimento local entendido como uma metodologia e um processo mobilizador dos elementos Território + Património + População.

²² Pierre Mayrand fala concretamente do surgimento do ecomuseu nesta fase.

6.5. Os indicadores

O modelo de análise apresentado foi construído sobre os conceitos de Identidade, Património e Desenvolvimento local e apresenta dois eixos dinâmicos: o eixo vertical onde se desenvolvem os conceitos e o eixo horizontal onde perpassam as dimensões desses conceitos:



A partir do desdobramento em dimensões das noções de Identidade, Património e Desenvolvimento local, foram estabelecidos INDICADORES que permitem a avaliação do arranque, desenvolvimento e objectivos de um processo museológico, considerando as questões a que se pretende responder e que é oportuno relembrar:

1. Como se iniciam os processos museológicos ao nível local? Quais os factores presentes no arranque do processo?

2. Quais as acções museológicas desenvolvidas pelos museus e quais são desenvolvidas pelas associações? Existe uma acção museológica própria dos museus e uma acção própria das associações culturais? Quais as acções museológicas comuns aos museus locais e às associações culturais?

3. Qual a finalidade para o desenvolvimento dos processos museológicos locais? Constituem processos de formação da identidade local? Constituem verdadeiros factores do desenvolvimento local?

Em relação à primeira questão que se prende com a dimensão social dos três conceitos, ao identificar-se com o relacionamento do indivíduo com o seu património, estabelecemos as **VARIÁVEIS DE CARACTERIZAÇÃO** com as quais todos os outros indicadores serão cruzados: o **“Arranque do processo museológico”**, o **“Modelo do processo museológico”** daí resultante, ou seja, o tipo de instituição ou organização e o **“Modo de funcionamento”**, tratando-se neste caso de variáveis de caracterização geral dos processos museológicos.

Procedendo de uma iniciativa social, podendo ser institucional ou com raiz na comunidade, iremos confrontar a relação entre os processos museológicos existentes e o tipo de iniciativa que lhes deu origem.

De acordo com os dados recolhidos nas entrevistas e nas observações feitas no terreno para a variável **“Arranque do processo museológico”** determinamos três possibilidades: a criação por iniciativa institucional, a criação por iniciativa colectiva e a criação por iniciativa individual.

Ao **“Modelo do processo museológico”** correspondem cinco categorias ou modelos institucionais: museus, associações, casas da cultura, centros culturais, aldeias históricas e exposições.

Finalmente, ao **“Modo de funcionamento”** correspondem as categorias: permanente, intermitente, temporário e em execução, por voluntariado, com pessoal afecto.

CATEGORIAS	Arranque	Modelo	Funcionamento
INDICADORES	Por criação institucional	Museus	Permanente
	Por iniciativa colectiva	Associações	Intermitente
	Por iniciativa individual	Casas da Cultura	Temporário
		Centros Culturais	Em execução
		Aldeias Históricas	Por voluntariado
		Exposições	Com pessoal afecto

Quadro 9**Variáveis de caracterização/categorias/indicadores**

Com a segunda questão pretende-se esclarecer quais as acções museológicas que cada processo privilegia. Sabendo que uma instituição, acção ou realização museológica pode incidir a sua acção na preservação, trabalhando neste caso com a colecção, ou voltar a sua atenção para a comunidade e procurar a mudança social, torna-se relevante averiguar qual o recorte ou área patrimonial preferencial dos processos museológicos em análise e quais as acções efectivamente realizadas de ordem técnica ou de carácter social, questão fundamental para se compreender a partir de que factores se constroem as identidades.

Neste sentido, definiram-se os indicadores respeitantes à dimensão patrimonial, tendo presente a intenção inicial de saber como se constituem os patrimónios ao nível local, qual a noção de património presente, quais os recortes patrimoniais privilegiados na selecção dos bens culturais e quais os referentes seleccionados para a definição da identidade local.

Trabalharemos com os seguintes indicadores agrupados em três áreas distintas:

INDICADORES DO CONCEITO PATRIMÓNIO:

- recorte patrimonial privilegiado: no qual identificámos a existência de oito categorias: etnografia, arte sacra, arqueologia, artes plásticas, património arquitectónico, património imaterial, património natural e documentação;

- acções museológicas técnicas: com as categorias de pesquisa, recolha, conservação, documentação/inventário, exposição e publicação/divulgação;
- acções museológicas socializadas: sensibilização e educação patrimonial, o apoio ao ensino/acção educativa, a formação profissional, a valorização de antigos saberes, a reabilitação de actividades tradicionais, a educação ambiental e acções de educação patrimonial.

Finalmente, a terceira questão enraíza na relação entre o desenvolvimento dos processos museológicos e a construção das identidades ao nível local e com os objectivos do desenvolvimento desses mesmos processos.

Ao privilegiar os indicadores directamente relacionados com o facto museal na definição da identidade cultural colectiva, não iremos definir as identidades mas tentar apreender de que forma estão presentemente a ser construídas pelos processos museológicos locais a partir da selecção dos testemunhos da cultura patrimonial.

Ao analisar o recorte patrimonial eleito pelos diversos processos museológicos nos quais se processa a construção da herança cultural e por inferência, a construção das identidades presentes, estamos já a caracterizar a identidade.

Sendo o desenvolvimento local um factor de difícil avaliação e verificação, e considerando-o como um objectivo comum a todos os processos analisados, incidimos a nossa atenção sobre os objectivos gerais expressos por cada um dos trinta e cinco processos museológicos.

Verificamos a existência duma grande diversidade de objectivos, evocados pelos responsáveis ou explícitos na documentação, para o desenvolvimento de um processo museológico ao nível local:

- superar os efeitos da degradação e da desertificação;
- reafirmar a identidade;
- reforçar a autoestima;

- valorizar o significado da terra no País;
- promover a terra como local de visita turística;
- promover condições de habitabilidade;
- desenvolver a comunidade a nível social e económico;
- preservar a memória;
- conseguir uma maior participação da população local na vida colectiva;
- realizar exposições;
- divulgar o património local;
- efectuar colecta de património;
- preservar o património;
- promover a musealização *in situ*;
- promover a recuperação de espaços;
- criar um museu;
- promover e organizar a ocupação dos tempos livres;
- aumentar as competências individuais;
- contribuir para a fixação da população;

- valorizar e transmitir saberes em esquecimento;
- salvaguardar as tradições orais;
- promover a aproximação entre as gerações jovens e idosa de uma comunidade;
- intensificar a vida sociocultural de uma comunidade;
- realizar acção educativa e formativa geral;
- preservar uma colecção de bens culturais;
- obter dividendos económicos;
- melhorar as acessibilidades da terra e combater o isolamento;
- promover a educação patrimonial;
- formar colecções;
- recuperar o património imaterial e reintrodução no viver quotidiano.

Por forma a tornar estes dados operativos, agrupamos os indicadores do conceito Desenvolvimento, em duas áreas distintas, consoante decorrem de acções museológicas técnicas ou de acções museológicas socializadas:

- objectivos das acções museológicas técnicas: criação de um museu, preservação do património, realização de exposições, realização de pesquisa, colecta, musealização *in situ*, recuperação de espaços, desenvolvimento económico local, aumento do turismo;

- objectivos das acções museológicas socializadas: definição da identidade local, criação de emprego, ocupação dos tempos livres, dinamização social da terra, aumento das competências individuais, fixação da população, aumento da autoestima, divulgação do património, desenvolvimento económico local, aumento do turismo.

Da aplicação destes indicadores aos processos museológicos, resultaram os Quadros de Leitura que apresentamos em ANEXO (pp. V/XVIII), onde se condensa toda a informação recolhida, de forma organizada, para permitir o tratamento estatístico.

7. OS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS

7.1. A caracterização

7.2. Factores presentes no arranque

7.3. A área patrimonial predominante

7.4. Os objectivos

“...Trata-se sem dúvida de processos museológicos, permanentes ou intermitentes, criativos ou reprodutores de modelos, conservadores ou participantes no desenvolvimento das comunidades que lhe dão vida.

Estes museus e processos museológicos são em meu entender a expressão mais profunda da museologia contemporânea em Portugal.”

Mário Moutinho (2000)

7.1. A caracterização

Conforme referido na Metodologia, abordámos todas as instituições pessoalmente e optámos por uma aproximação em entrevista semidirigida e observação *in loco* que nos permitiu recolher a informação que apresentamos em ANEXO (pp. XXV/LXXXIII) organizada pelos tópicos “Identificação e localização”, “Acções museológicas” e “Objectivos”, que visam contribuir para responder às questões colocadas na Introdução.

Do tratamento dessa informação, recolhida de acordo com os Indicadores, resultaram Quadros de Leitura (ANEXO, pp. V/XVIII) cujos dados irão de seguida ser analisados através do cruzamento da sua informação com as três variáveis de caracterização: o arranque do processo museológico, o modelo do processo museológico e o modo de funcionamento.

Começamos por apresentar num primeiro quadro referente à variável “Arranque do processo museológico”, a frequência das diversas iniciativas de criação dos processos: a criação por via institucional, a criação a partir da iniciativa de elementos da comunidade e a criação por iniciativa individual. Esta primeira organização estabelece o universo institucional com que iremos trabalhar.

Arranque do processo	N.º	%
Criação institucional	18	51%
Criação por iniciativa colectiva	16	46%
Criação por iniciativa individual	1	3%
Total	35	100

Quadro 10

Arranque do Processo Museológico Iniciativa de criação

Entende-se por ARRANQUE DO PROCESSO MUSEOLÓGICO o mesmo que iniciativa de criação ou seja, qual a tutela/entidade/indivíduo que decide dar o primeiro passo. Dos trinta e cinco (35) processos museológicos analisados, dezoito (18) tiveram uma criação institucional representando 51% das iniciativas; dezasseis (16) resultaram de uma iniciativa colectiva de membros da comunidade representando 46% das iniciativas. E apenas um (1) é produto da iniciativa individual, ou seja, 3% das criações.

Entre os processos resultantes da iniciativa institucional, prevalece a criação por parte das Autarquias (7) e Juntas de Freguesia (5), seguindo-se as iniciativas da Igreja (4) e da Administração Central (2):

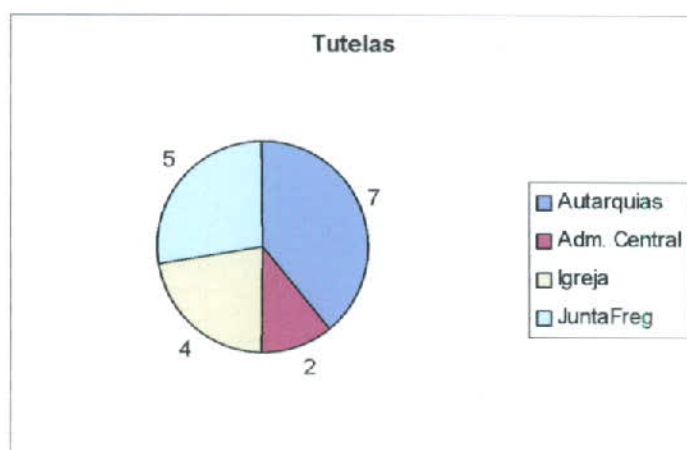


Gráfico 1
Iniciativa de criação por tutelas

Em termos percentuais as criações pelas autarquias representam 39%, os processos originados pelas Juntas de Freguesia são 28% do total, à Igreja²³ cabe a responsabilidade de 22% das criações e à Administração Central 11% das iniciativas.

Relativamente à variável de caracterização MODELOS DE PROCESSO MUSEOLÓGICO, incluem-se no nosso universo de análise as associações, os museus, as casas da cultura, os centros culturais, as aldeias históricas e exposições avulsas, cuja frequência e percentagem estão expressas no quadro seguinte:

²³ Incluímos nos museus criados pela Igreja aqueles que se situam nas igrejas das Misericórdias, por dois motivos: a sua criação depende da autorização diocesana; as colecções de arte sacra são constituídas por peças de diversas igrejas da freguesia e não exclusivamente da Misericórdia. Em alguns casos o pároco da freguesia é também o provedor da Santa Casa da Misericórdia.

Modelos	N.º	%
Associações	13	37
Museus	10	29
Casas da Cultura	5	14
Centros Culturais	4	11
Aldeias Históricas	2	6
Exposição	1	3
Total	35	100

Quadro 11
Modelos de processo museológico
por quantidade e percentagem

As associações são o modelo de processo museológico mais frequente seguido dos museus. As casas da cultura e os centros culturais ainda têm uma expressão significativa considerando as infra-estruturas necessárias para a sua existência. As Aldeias Históricas são um produto específico de uma opção política determinada e das dez aldeias históricas existentes, duas ficam na nossa área de estudo. Finalmente, apenas se constatou a existência duma exposição avulsa de iniciativa individual.

O tipo de instituições ou organizações resultantes da criação institucional, num total de cinco modelos diferentes, apresentam uma maior diversidade do que aqueles originados por iniciativa colectiva (com apenas três modelos):

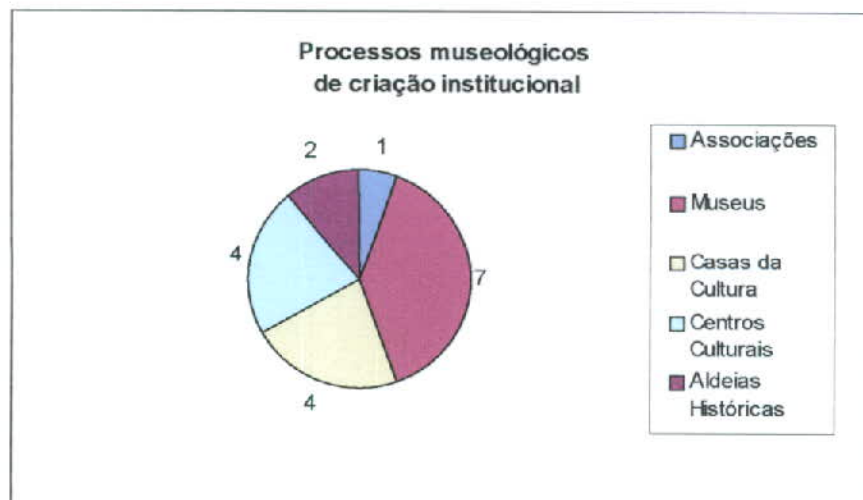


Gráfico 2
Processos museológicos de criação institucional

Os museus são o modelo de processo museológico predominante criado por via institucional e representam 38,8% das criações por tutela, seguindo-se as casas da cultura (22,2% das criações) e os centros culturais (22,2%) que surgem como modelos mistos que englobam as funções dos museus com a de espaços polivalentes para actividades culturais e sociais. Apenas uma associação foi criada por iniciativa institucional (5,5%), concretamente o Centro Municipal da Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão (18 A), iniciativa da autarquia mas funcionando segundo o modelo associativo. As aldeias históricas são processos museológicos desenvolvidos pela administração central com forte participação das autarquias e representam 11,1% dos modelos criados desta forma.

Em relação aos modelos museológicos surgidos por iniciativa colectiva ou de membros da comunidade, cidadãos independentes de qualquer instituição política, a situação é algo distinta:

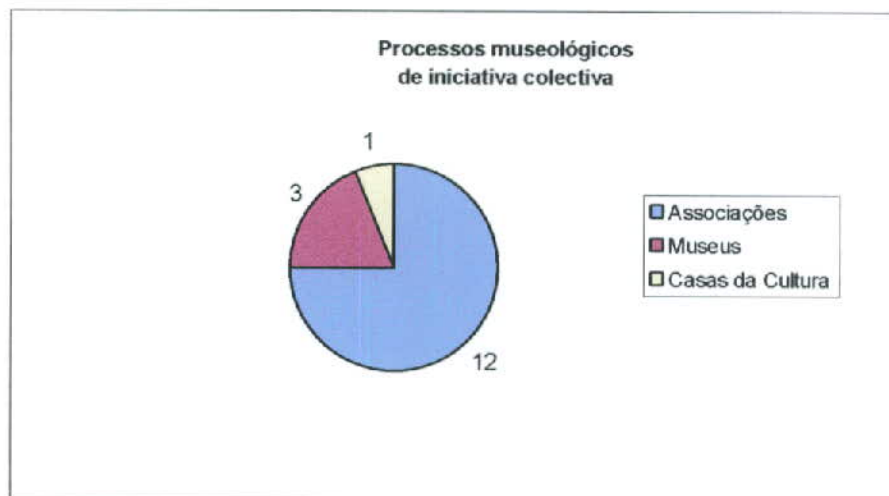


Gráfico 3
Processos museológicos de iniciativa colectiva

Existe uma clara preponderância das associações de defesa do património resultantes da iniciativa colectiva, que representam 75% dos modelos nascidos desta forma. Os museus criados por este processo são o Museu do Canteiro em Alcains (31.M), o Museu Académico de Castelo Branco (24.M) e o Museu Etnográfico e de Arte Sacra da Aldeia de João Pires (26.M), caracterizados pela sua natureza corporativa

e representativa de um grupo profissional ou social determinado e representam 18,75% das criações colectivas.

A única casa da cultura de iniciativa colectiva é a da freguesia de Medelim (09. CCU) nascida da organização e vontade da população local e que funciona segundo o modelo associativo apesar da designação.

Quanto ao MODO DE FUNCIONAMENTO são as associações e os museus que maioritariamente trabalham de forma permanente. A intermitência é apanágio das casas da cultura e em execução estão cinco (5) processos museológicos de tipologia diversa. No entanto é importante constatar que 54% dos processos museológicos se encontram a funcionar em permanência:

	Permanente	Intermitente	Em execução	Temporário
Associações	9	3	1	0
Museus	7	1	2	0
Casas Cultura	0	4	1	0
Centros Culturais	1	2	1	0
Aldeias Históricas	2	0	0	0
Exposição	0	0	0	1
Total	19	10	5	1
Percentagens	54%	29%	14%	3%

Quadro 12
Modo de funcionamento segundo
o modelo de processo museológico

As associações funcionam com pessoal voluntário da freguesia e associados. Algumas possuem pessoal assalariado (3 em 13) mas este modo de recrutamento é próprio dos museus de criação autárquica e das casas da cultura e centros culturais que pretendem não só fomentar o desenvolvimento cultural como criar postos de emprego. Os museus da Igreja funcionam através do voluntariado com excepção do Museu Domingos Santos Pio (30.M) em Castelo Branco que possui conservador responsável.

Sendo as associações e os museus os modelos de processo museológico predominantes na área geográfica em análise, quisemos saber quais as tipologias ou categorias existentes.

As associações caracterizam-se por uma aparente diversidade tipológica conforme demonstram as designações encontradas:

ASSOCIAÇÃO :	Quant.
de desenvolvimento	1
de defesa do património natural e cultural	1
cultural	1
de estudos	1
recreativa e cultural	1
da casa do povo	1
de estudos e defesa do património natural e cultural	1
grupo de amigos	1
liga de amigos	1
cultural e de desenvolvimento	2
designações retiradas da toponímia local	2
Total	13

Quadro 13
Designações das Associações

Esta diversidade não se materializa contudo em instituições efectivamente distintas quando analisados os estatutos, as acções desenvolvidas, os objectivos expressos por cada uma ou o modo de funcionamento. Estamos perante associações sem finalidades lucrativas cuja principal distinção se refere à área de actuação que pode ser meramente cultural ou abranger a área social e de solidariedade.

Na categoria dos museus foram encontradas as tipologias de museu de arte sacra, museu municipal, museu local, museu etnográfico, museu do canteiro e museu académico:

Tipologias	Quant.
Museu de arte sacra	4
Museu etnográfico	2
Museu municipal	1
Museu local	1
Museu Académico	1
Museu do Canteiro	1
Total	10

Quadro 14
Tipologias de museus

Estas tipologias referem-se às tradicionais classificações por área científica (arte sacra, etnográfico, do canteiro, académico), por tutela (municipal) e apenas um tem uma denominação que se identifica com as novas tendências da museologia: museu local (32. M - Museu Local Dr. Mário Bento).

Ao analisarmos os anos de criação dos processos museológicos, organizados por décadas, podemos constatar a seguinte distribuição:

Anos de fundação	Quantidade	Percentagem
Década de 1940	1	3%
Década de 1960	1	3%
Década de 1970	1	3%
Década de 1980	9	26%
Década de 1990	12	34%
Anos 2000/2002	11	31%
Total	35	100

Quadro 15
Criação dos processos museológicos
por década

O modelo museológico datado dos anos quarenta é o museu municipal de Penamacor (33.M) nascido das recolhas arqueológicas do seu fundador.

Dos anos sessenta data a associação Grupo de Amigos da Foz do Cobre (21 A) e da década seguinte a Liga dos Amigos das Aranhas (22 A).

Da década de oitenta são sete das treze das associações e apenas dois museus - o Museu Académico (24.M) e o Museu de Arte Sacra Domingos dos Santos Pio (30. M).

A década de noventa viu nascer as duas Aldeias Históricas, três associações, uma casa da cultura, três centros culturais e três museus.

Em apenas três anos – de 2000 a 2002 – nascem quase tantos processos museológicos como em toda a década de noventa e mais do que na de oitenta: quatro casas da cultura, um centro cultural, uma exposição avulsa, quatro museus sendo três de arte sacra e apenas uma associação cultural.

Da leitura destes dados não se confirma a inclusão da Beira Interior Sul no *boom* museológico da década de oitenta; pelo contrário, estamos a assistir neste momento, na primeira década do século XXI, a essa expansão, recorrendo aos fundos comunitários disponíveis para a execução de projectos culturais e museológicos e como resposta à premente necessidade de travar o esvaziamento populacional através da criação de melhores condições de vida.

A partir do tratamento estatístico dos dados relativos às três variáveis de caracterização podemos coligir de imediato as seguintes conclusões prévias:

- o arranque de mais de metade dos trinta e cinco processos museológicos resulta de uma criação institucional (51,4%);
- as criações de iniciativa colectiva de membros da comunidade apresentam quase o mesmo valor (45,7%), o que significa que na Beira Interior Sul tanto o poder municipal e local como as colectividades estão despertas para as questões patrimoniais;
- as iniciativas individuais estão em grande desvantagem e apenas uma exposição avulsa resultou deste tipo de iniciativa;

- os museus e as associações são os dois modelos de processo museológico predominante representando respectivamente 28,5% e 37,1% das criações;
- mais de metade dos processos analisados encontram-se a funcionar de forma permanente (54%);
- foram detectadas cinco tipologias de museus, classificados segundo a área científica e a tutela;
- a aparente diversidade das denominações das associações revela-se bastante uniforme quando analisadas no terreno;
- estamos a assistir nestes últimos três anos a um crescendo no aparecimento de processos museológicos na Beira Interior Sul, representando 31,4% do nosso universo de análise;
- dos onze processos museológicos surgidos recentemente, apenas se conta uma associação de defesa do património.

7.2. Factores presentes no arranque

Por FACTORES PRESENTES NO ARRANQUE do processo museológico, entendemos o conjunto de condições preexistentes ao processo, de carácter patrimonial, social, político ou financeiro que condicionam a opção pelo modelo museológico e que nos permitem avaliar o motivo da opção por um processo museológico como factor do desenvolvimento global de uma comunidade, em detrimento de outra iniciativa de carácter não museológico.

A partir duma análise aos factores presentes no arranque, conseguimos identificar onze (11) categorias ou estímulos distintos:

- a preexistência duma colecção;
- a ocorrência dum processo de recolha de uma colecção ou acervo;
- a compra de uma colecção ou de um acervo;
- o trabalho produzido por uma pesquisa realizada a nível local;
- a existência e tomada de consciência de um problema local;
- a existência de instalações propícias à instalação de um museu ou ao desenvolvimento de acções museológicas;
- a existência de bens arqueológicos de valor relevante a nível local;
- a existência de património natural de valor relevante a nível local;

- a existência de património imóvel de valor relevante a nível local;
- a existência de verbas disponíveis ou de financiamentos;
- motivos políticos.

Ao cruzar os factores presentes no arranque com os modelos de processo museológico existentes obtém-se o seguinte gráfico:

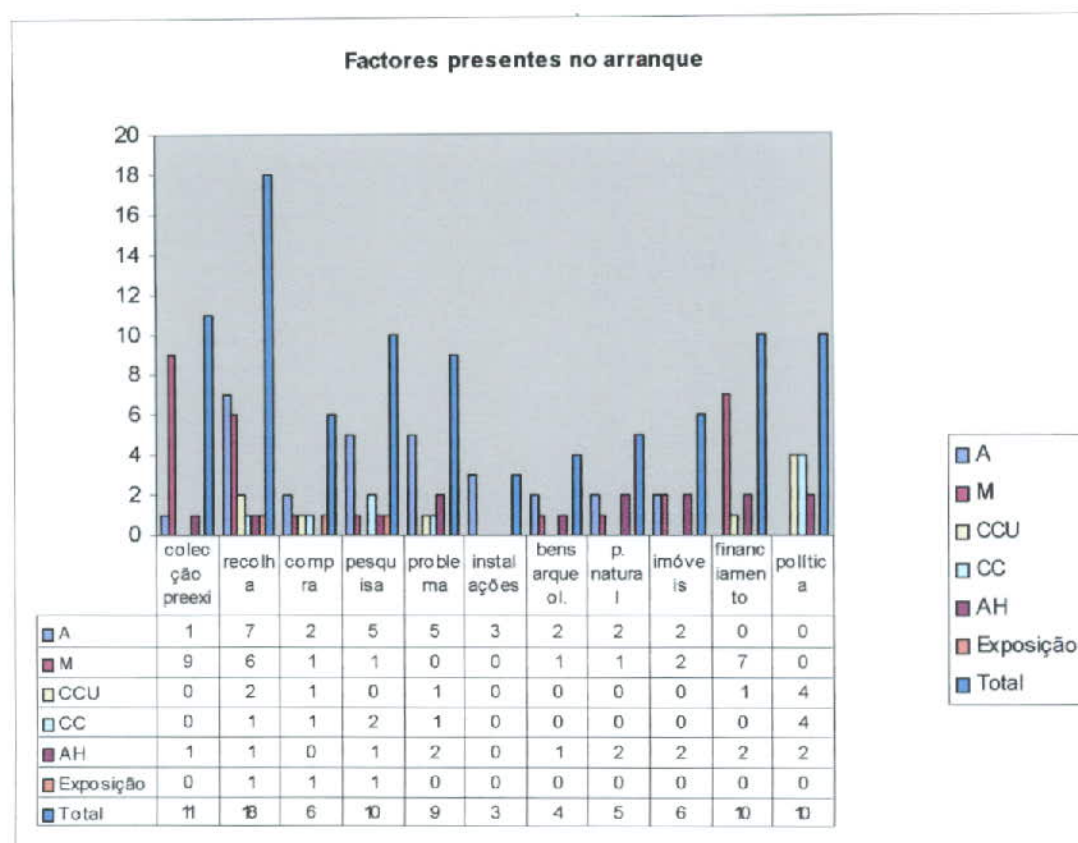


Gráfico 4
Frequência de factores de arranque
por modelo de processo museológico

Em termos estatísticos, a recolha de bens patrimoniais é o factor de arranque presente em maior número de processos museológicos (18 em 35) e o único existente em todos os modelos considerados, representando 51,4% das ocorrências. Seguem-se a

preexistência duma colecção (31,4%), a pesquisa (28,5%), a existência de financiamento (28,5%) e motivos políticos (28,5%) como factores mais frequentes no arranque dos processos museológicos considerados.

Se analisarmos por percentagens os factores de arranque dos modelos museológicos mais representativos, ou seja, os museus e as associações, constatamos o seguinte:

Factores de arranque	Museus	Associações	% do valor total
Colecção preexistente	90%	7,6%	31,4%
Recolha	60%	53,8%	51,4%
Compra	10%	15,3%	17,1%
Pesquisa	10%	38,4%	28,5%
Problema local	0%	38,4%	25,7%
Instalações preexistentes	0%	23%	8,5%
Bens arqueológicos	10%	15,3%	11,4%
Património natural	10%	15,3%	14,2%
Bens imóveis	20%	15,3%	17,1%
Existência de financiamento	70%	0%	28,5%
Motivos políticos	0%	0%	28,5%

Quadro 16
Percentagem de factores de arranque
nos museus e associações

A preexistência de uma colecção e a existência de financiamento surgem como os principais factores de arranque dos museus. A existência de uma colecção já constituída surge em nove (9) dos dez (10) museus presentes constituindo 90% dos casos e a existência de verba disponível ou a possibilidade de financiamento pelos programas comunitários (nomeadamente LEADER, QCA e POC ²⁴) aparece como o segundo factor de arranque em sete (7) constituindo 70%.

A recolha como acção museológica surge ligada aos museus (60%) para complementar ou completar a colecção existente: serve de exemplo o museu local Dr.

²⁴ LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento de Economia Rural; QCA – Quadro Comunitário de Apoio; POC – Programa Operacional da Cultura.

Mário Bento da Meimoa (32.M) formado a partir da doação de uma colecção pertencente ao investigador local que lhe dá o nome e completada pela recolha na freguesia de peças que possibilitem concluir o discurso expositivo desenvolvido pelo museu. Outro caso é o do Museu Etnográfico da Aldeia de João Pires (26.M) nascido a partir duma colecção pertencente à Fábrica da Igreja local e que é completada com a recolha de acervo.

Como metade dos museus existentes são pertencentes à Igreja e dois são associações (uma profissional - museus dos canteiros - e outra social - museu académico) apenas três museus poderiam ter nascido de intenções políticas e em contextos de propaganda eleitoral: o museu municipal de Penamacor (33.M), o museu local Dr. Mário Bento da Meimoa (32.M) e pertencente à autarquia de Penamacor e o museu Etnográfico e Cultural do Ninho do Açor (25.M), criado pela Junta de Freguesia. Contudo, não conseguimos estabelecer qualquer relação directa entre a criação destes museus e o objectivo de obtenção de dividendos políticos.

Relativamente às associações de defesa do património verifica-se uma maior diversidade de factores que proporcionam o arranque da iniciativa, destacando-se a recolha (7 em 13) que constitui 53,8% das ocorrências, a pesquisa (5 em 13) e a tomada de consciência de um problema de nível local (5 em 13), constituindo cada um 38,4% da totalidade dos factores.

Tanto a recolha como a pesquisa são normalmente desenvolvidas pelos sócios da associação, um pouco ao sabor dos seus gostos individuais que podem pender para as mais diversas áreas patrimoniais.

As instalações preexistentes são factor de arranque, no caso concreto da ADRACES (03 A), da Liga de Amigos das Aranhas (22 A) e do GAFOZ (21 A) que desenvolveram acções museológicas pressionados pela existência de espaço nas suas sedes para o qual não havia destino à partida, tendo optado por desenvolver um processo museológico.

No caso da ADRACES esta existência de instalações disponíveis conduziu à compra de uma colecção etnográfica já constituída, para aí ser instalada. Nos outros dois casos, permitiu o desenvolvimento de processos museológicos a partir da recolha local e com envolvimento da população.

Factor importante no arranque de um processo museológico no seio das associações é a existência na freguesia de património arquitectónico, arqueológico ou

natural de interesse relevante para a identidade da população local. A ARCA (07 A) de Alcains, a AEAT (06 A) de Vila Velha de Ródão, o GEGA (20 A) de S. Vicente da Beira, a Associação de Penha Garcia (04 A), a PROENÇAL (34 A) de Proença-a-Velha e a SUMAGRE (35 A) de Tinalhas nascem em localidades com elevado potencial patrimonial.

Não há associações formadas por razões que se prendam com a política nem derivadas da existência de financiamentos ou verbas disponíveis. A maioria das associações nasce durante os anos oitenta dos século XX (8 em 13) inseridas na expansão do movimento associativo que se vivia na época em Portugal. É evidente que todas têm recorrido a financiamentos comunitários e autárquicos mas esse factor não está presente no arranque das associações como processo museológico mas como uma necessidade para o seu funcionamento.

Quanto aos restantes modelos de processo museológico existentes na Beira Interior Sul, um facto é de realçar: as Casas da Cultura e os Centros Culturais nascem por motivos políticos e claramente eleitoralistas. A única excepção é a Casa da Cultura de Medelim (09.CCU) que funciona como uma associação local com apoio da autarquia.

Os Centros Culturais são apanágio do concelho de Idanha-a-Nova, ficando todos aí situados (Alcafozes, Ladoeiro, Zebreira e Idanha-a-Nova). Nascem por iniciativa da Autarquia ou da Junta de Freguesia e ficam associados ao nome do autarca que os inaugura. O símbolo desta corrente de criações políticas é o Centro Cultural Raiano (17.CC), situado em Idanha-a-Nova que constitui uma referência deste modelo de instituições na região desde 1997.

Também as Casas da Cultura predominam no concelho de Idanha (Medelim, Oledo, São Miguel d'Acha e Alcafozes), existindo uma em Sobral do Campo, no concelho de Castelo Branco. São instituições datadas da década de noventa do século XX e algumas dos anos 2000, 2001 e 2002, correspondendo a opções políticas visando a criação de equipamentos culturais polivalentes que permitam a luta contra a desertificação e possibilitar a fixação de novos residentes.

Tal como os processos referidos atrás, as Aldeias Históricas nascem duma decisão política, mas o principal factor de arranque está no seu potencial patrimonial, concretamente arquitectónico, arqueológico, etnográfico e natural e prendem-se com a

resolução do grave problema que é a desertificação do interior e a tentativa de fixação da população pela criação de emprego.

A única exposição avulso (19.E) foi originada pela recolha e pela compra de acervo e pela realização de pesquisa que conduziu à constituição da colecção etnográfica exposta.

Do tratamento estatístico dos dados relativos aos factores presentes no arranque dos processos museológicos conclui-se o seguinte:

- a iniciativa prende-se maioritariamente com factores relacionados com a recolha de colecções (51,4%), com a preexistência de colecções já constituídas (31,4%), a existência de financiamento, os motivos políticos e a realização de uma pesquisa que desencadeia um processo museológico (todos com 28,5%);
- apenas dois factores considerados de ordem social estão na origem destes processos museológicos: o trabalho produzido por uma pesquisa realizada a nível local e a existência e tomada de consciência de um problema local (25,7% cada um);
- enquanto a pesquisa surge maioritariamente ligada à génese das associações (38,4% dos casos), apenas um museu arranca com base nesta acção (10%). Dois centros culturais desenvolvem a sua actividade sobre uma acção de pesquisa previamente efectuada;
- parte dos factores presentes no arranque dizem respeito à preexistência de património capaz de assumir valor significativo para a comunidade ou de se transformar em bem cultural representativo da identidade local.

7.3. A área patrimonial predominante

Por **ÁREA OU RECORTE PATRIMONIAL** predominante entendemos a parcela do património cultural integral com a qual os processos museológicos locais trabalham preferencialmente.

Identificámos a existência de oito categorias distintas, havendo processos museológicos que se dedicam a várias destas áreas simultaneamente:

Categorias Patrimoniais:

- etnografia,
- arte sacra,
- arqueologia,
- artes plásticas,
- património arquitectónico,
- património imaterial,
- património natural
- e documentação,

Relacionando a área patrimonial eleita com as tipologias encontradas, obtiveram-se os seguintes dados:

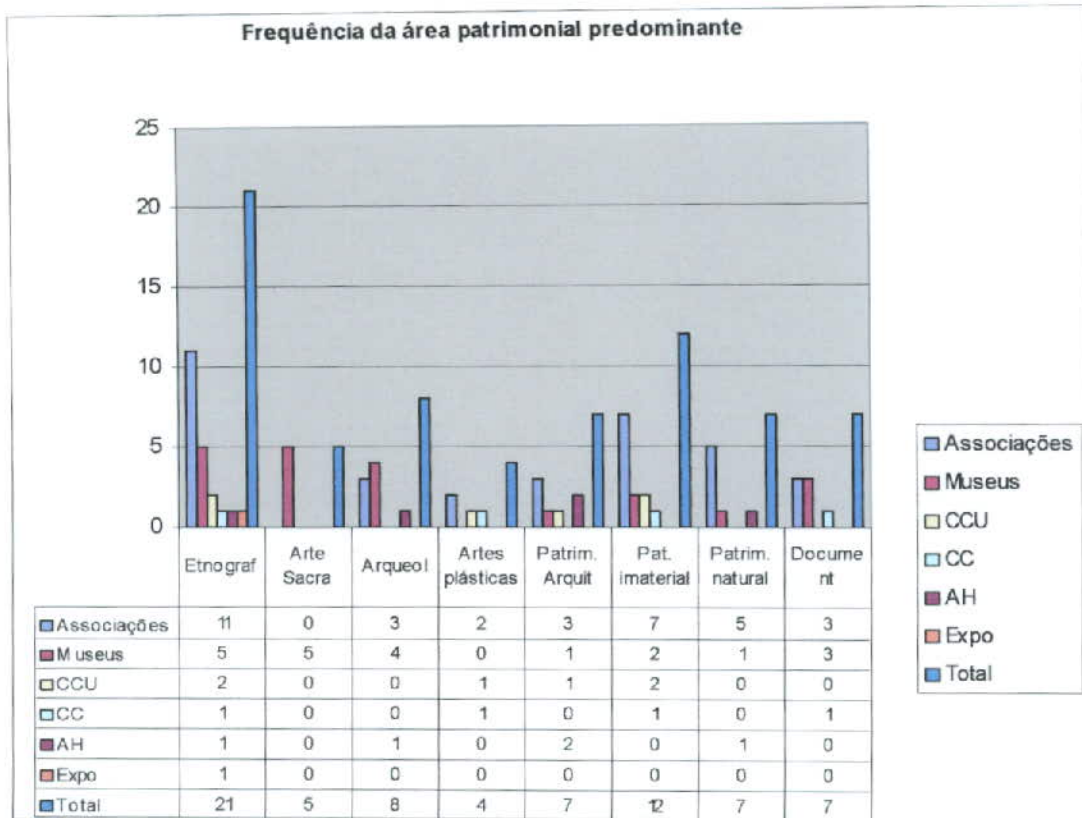


Gráfico 5
Frequência da área patrimonial predominante
por modelo de processo museológico

Uma leitura deste gráfico indica que vinte e um (21) dos trinta e cinco processos museológicos escolheram a etnografia como recorte patrimonial privilegiado para realizar as acções museológicas. O património imaterial está presente em doze (12) dos processos analisados e a arqueologia em oito (8).

As associações locais trabalham maioritariamente com a etnografia (11 em 13) e com o património imaterial (7 em 13) constituindo um claro contraste com os museus. Estes dividem a sua atenção de igual forma pela etnografia (5 em 10), arte sacra (5 em 10), seguindo-se a arqueologia (4 em 10).

Por forma a tornar mais claros estes dados, foi elaborado o quadro seguinte que traduz em termos percentuais os resultados obtidos relativamente às áreas patrimoniais preferenciais dos processos analisados:

Área patrimonial	% do valor total	% nos museus	% nas associações
Etnografia	60	50	84,6
Arte Sacra	14,2	50	0
Arqueologia	22,8	40	23
Artes plásticas	11,4	0	15,3
Património arquitectónico	20	10	23
Património imaterial	34,2	20	53,8
Património natural	20	10	38,4
Documentação	20	30	23

Quadro 17

**Percentagem das áreas patrimoniais preferenciais
por modelo de processo museológico**

Em termos gerais, a etnografia é a área patrimonial privilegiada por 60% dos processos museológicos existentes na Beira Interior Sul. Uma fatia considerável concentra a sua atenção no património imaterial (34,2%) e na arqueologia (22,8%).

Em contrapartida, a área patrimonial menos trabalhada é a das artes plásticas seguida pela arte sacra com 11,4% e 14,2% do total. Esta última área patrimonial é um caso excepcional dado que metade dos museus existentes são exclusivamente de arte sacra e, pelo contrário, não existe nenhuma associação ou qualquer outro modelo de processo museológico que se dedique a esta categoria patrimonial.

Analisando os dados relativos aos dois modelos museológicos predominantes, os museus e as associações, verificamos que os museus dividem a sua atenção por forma quase equitativa pela etnografia e arte sacra (com 50%) e pela arqueologia (com 40%). No tocante às associações, existe uma enorme concentração na área da etnografia que absorve 84,6% das existentes. Mais de metade das associações dedica-se igualmente à preservação do património imaterial (53,8%) constituindo a grande diferença entre este modelo e os museus. O património natural aparece em 38,4% das associações de defesa do património.

Se observarmos a relação entre a área patrimonial eleita com o tipo de criação ou iniciativa dos processos museológicos, verifica-se que os processos criados por via

institucional se dedicam maioritariamente à etnografia, arqueologia e arte sacra, enquanto os de iniciativa colectiva preferem a etnografia, o património imaterial, o património natural e a documentação.

Área patrimonial	Criação institucional	Iniciativa colectiva
Etnografia	38,8%	87,5%
Arte sacra	27,7%	0%
Arqueologia	33,3%	25%
Artes plásticas	11,1%	12,5%
Património arquitectónico	22,2%	18,7%
Património imaterial	11,1%	62,5%
Património natural	5,51%	31,25%
Documentação	16,6%	31,25%

Quadro 18
Áreas patrimoniais preferenciais
por iniciativa de criação

A opção pela etnografia nos processos museológicos resultantes da criação institucional, seguida da arqueologia e da arte sacra, confirma a tendência conservadora dos modelos institucionais: museus, casas da cultura, centros culturais e aldeias históricas. Mas a opção pela etnografia é ainda maior no respeitante aos processos originados por iniciativa colectiva, surgindo em catorze (14) dos dezasseis (16) processos. A grande diferença está nas segundas áreas de trabalho preferenciais a seguir à etnografia: o património imaterial (10 em 16), o património natural e a documentação, rompendo com a trilogia patrimonial clássica da etnografia, arqueologia e arte, conforme se percebe no quadro 18. A etnografia é também a temática da única iniciativa individual registada.

Esta opção é um dado extremamente importante para compreendermos a construção da identidade através dos processos de selecção patrimonial.

Como explicar esta quase obsessão pela etnografia quando se decide desenvolver um processo museológico a nível local? Além de constituir uma opção que radica na tradição museal do século XX, em que a etnografia, a arqueologia e as artes

eram as principais áreas patrimoniais musealizadas, parece prender-se com a construção do “rural virtual” já mencionado. Não se trata neste caso de salvar uma identidade cultural do passado, ela própria já desaparecida ou em vias de desaparecimento, mas de criar uma nova identidade com os traços e os vestígios do passado mais recente, aquele que se está escapando pelos nossos dedos, no caso das comunidades rurais, com os objectos e os rituais relacionados com o viver quotidiano.

A divulgação e aceitação da noção alargada de Património contribuiu para esta tendência, ao englobar áreas patrimoniais anteriormente excluídas. Por outro lado, tem-se explicado o crescente ênfase na etnografia como recorte patrimonial privilegiado nas acções de preservação, pelas ameaças provocadas pelas rápidas mudanças civilizacionais. Como diz António Matos (2000: 19):

“... a percepção de uma ameaça de perda de identidade local ou regional que a adesão à Comunidade Europeia representa, o desaparecimento do mundo rural, a urbanização crescente, o alargamento da noção de património à cultura material, são – sobretudo no caso da etnografia – os factores socioculturais que levam a coleccionar estes vestígios de um passado recente.”

Avaliadas as áreas patrimoniais predominantes nas quais os processos museológicos se desenvolvem, analisaremos as ACÇÕES MUSEOLÓGICAS que recaem sobre elas.

Conforme referido, uma acção museológica será aquela que tem como objectivo último a preservação, a pesquisa e a comunicação de um bem patrimonial; uma acção conducente à salvaguarda de algo considerado como portador de um significado, necessário à definição da identidade da humanidade ou de um grupo e destinado a ser transmitido como herança às gerações vindouras; uma acção com a capacidade de transformar um bem em herança cultural e definidor de identidades.

Considerámos posteriormente no desenvolvimento teórico, a existência de dois tipos distintos de acção museológica: aquelas que incidem sobre a colecção e que se revestem de um carácter técnico e se equiparam às acções museológicas tradicionalmente atribuídas aos museus e as acções museológicas socializadas que

tomam o social como objecto da acção e enraízam na noção alargada de património cultural.

Dentro deste enquadramento teórico, verificámos a presença das seguintes acções museológicas nos processos analisados:

- nas acções museológicas técnicas foram elencadas a pesquisa, recolha, conservação, documentação e inventário, exposição, publicação /divulgação;
- nas acções museológicas socializadas constatamos a existência de acções de sensibilização e educação patrimonial, de apoio ao ensino/acção educativa, formação profissional, valorização de antigos saberes, reabilitação de actividades tradicionais, educação ambiental e acções de educação patrimonial.

Tratando-se de processos museológicos de carácter local caracterizados pela falta de conceptualização e indefinição de conceitos, ausência de planeamento, torna-se necessário precisar o que se entende por cada uma das acções mencionadas a partir da observação *in loco*. As definições a seguir apresentadas resultam da nossa interpretação e tentativa de teorização sobre a actividade dos processos museológicos estudados, colocando-nos sob o seu ponto de vista.

A pesquisa como acção construtora do conhecimento é realizada com muitas limitações por todos os processos em estudo. Na maioria das vezes limita-se a estudos de contextualização das peças do acervo recolhido e aos estudos históricos relacionados com a terra ou com alguma personalidade de destaque no local.

Consideramos a recolha como acção museológica associada aos processos museológicos analisados, na sua acepção mais lata entendida como qualquer acção visando a apropriação de um bem cultural, tornando-o património colectivo. A recolha científica²⁵, planeada, baseada na pesquisa, não se verifica em nenhum destes processos, quer por falta de técnicos habilitados quer pela falta de um programa museológico de base.

²⁵ A recolha como acto científico é tratada por Georges Henri Rivière (1989). Também Peter van Mensch (1992) dedica um capítulo à recolha científica na sua tese de doutoramento.

As acções de preservação e/ou conservação são entendidas na definição mais restrita como aquelas que visam a manutenção da integridade do bem cultural e que procuram evitar a sua degradação. Na maior parte dos casos presentes, estas acções resumem-se à limpeza mais básica e ao conserto mais evidente e aos cuidados com a apresentação ao público. Não existem laboratórios ou técnicos de conservação e restauro, apenas boas vontades.

A acção de documentação é entendida nestes processos museológicos como o resgate das informações sobre o objecto ou o bem e está associada à de inventário, não se distinguindo dela. Aparece assim como uma documentação primária²⁶ ao nível do registo, identificação, fichas de inventário e numeração.

A exposição é a acção de comunicação mais ambicionada pelos processos analisados. Ela aparece como a face visível do trabalho realizado quer pelos museus, quer pelas associações, centros culturais e casas da cultura. É a exposição que torna pública a actividade das instituições, que atrai os jornais e a televisão e que dá notoriedade e credibilidade aos intervenientes abrindo as portas aos financiamentos e apoios. Os métodos expositivos são tradicionais utilizando plintos, estrados e vitrinas por vezes acompanhados de legendas e de textos, outras vezes sem eles. A tendência é copiar a exposição dos museus do Estado que servem de modelo, utilizando os recursos locais.

A acção museológica de divulgação prende-se com a publicação de livros, brochuras, artigos de jornal sobre o património preservado. Consideramo-la por permitir o conhecimento e a tomada de consciência da existência de património cultural comum a nível local e regional.

Relacionando as acções de ordem técnica com os modelos de processo museológico existentes surge o seguinte gráfico:

²⁶ O termo Documentação Primária é utilizado por Rosana Nascimento que a contrapõe à Documentação Museológica. (1994: 39).

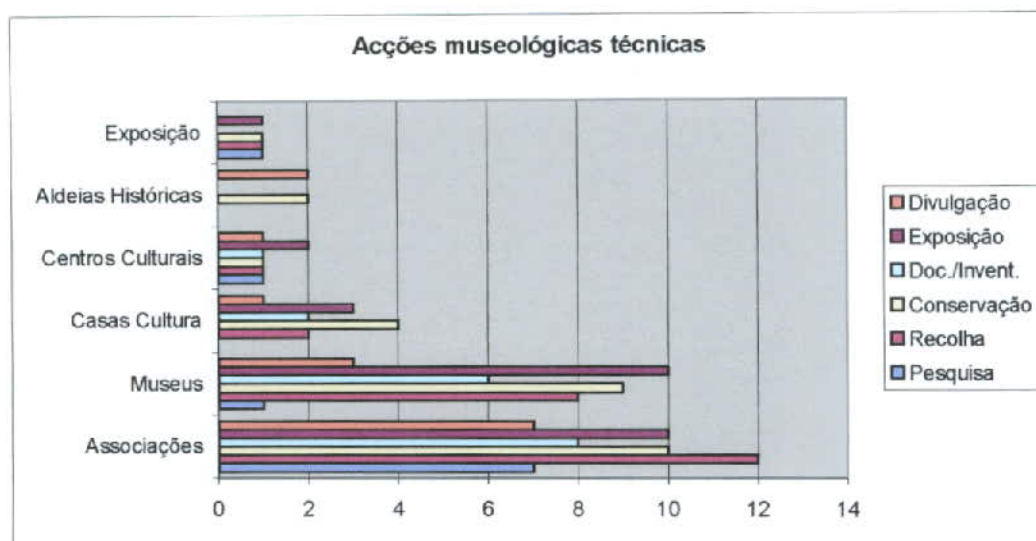


Gráfico 6
Frequência das ações museológicas técnicas
por modelo de processo museológico

A maioria dos processos museológicos analisados desenvolvem as ações museológicas básicas de conservação (27 em 35), exposição (26 em 35) e de recolha (24 em 35), que correspondem respectivamente a 77%, 74,2% e 68,5%, das ações museológicas técnicas efectuadas pela totalidade dos processos museológicos envolvidos.

Sabemos que os museus como modelo convencional centram a sua atenção e actividade em todas as ações museológicas técnicas ou privilegiam apenas algumas. É o que acontece nos processos em estudo. As ações museológicas efectuadas decorrem na maior parte dos casos da capacidade técnica dos sujeitos que as realizam, sem qualquer formação na área da museologia e museografia. Todos os envolvidos no desenvolvimento de processos museológicos se acham capacitados para a realização e montagem de exposições mas em contrapartida a realização de pesquisa que fundamenta essas mesmas exposições é uma das ações mais raras (10 num total de 35).

Apenas as Aldeias Históricas e a Exposição do Rosmaninhal não efectuaram o inventário do seu património. A documentação e o inventário do património preservado pelas associações, museus e casas da cultura é bastante informal e sem o rigor exigido pelos modelos museais convencionais e é efectuado por dezassete (17) processos museológicos. O Museu Municipal de Penamacor (33. M), o Museu de Arte Sacra

Domingos Santos Pio (30.M) e o Centro Cultural Raiano (17.CC) são as instituições que seguem a inventariação normalizada.

A divulgação ou publicação como acção museológica está presente em catorze (14) dos trinta e cinco processos.

Representando percentualmente os dados relativos a cada modelo de processo museológico, obtém-se o seguinte resultado:

	Associações	Museus	Casas Cultura	Centros Culturais	Aldeias Históricas	Exposição
Pesquisa	53,8%	10%	0%	25%	0%	100%
Recolha	93,3%	80%	40%	25%	0%	100%
Conservação	76,9%	90%	80%	25%	100%	100%
Doc./Inventário	61,5%	60%	40%	25%	100%	0%
Exposição	76,9%	100%	60%	25%	0%	100%
Divulgação	53,8%	30%	20%	25%	100%	0%

Quadro 19

**Percentagem das acções museológicas técnicas
por modelo de processo museológico**

Os dados relativos às Aldeias Históricas e à Exposição avulsa do Rosmaninhal são inconclusivos devido à baixa quantidade numérica destes processos enquanto as informações sobre as actividades dos centros culturais se referem exclusivamente ao Centro Cultural Raiano, pelo que as estatísticas não são representativas.

Nas associações é clara a predominância da acção de recolha de bens patrimoniais, seguida da conservação e da realização de exposições. Também os museus se dedicam às mesmas acções museológicas, mas a sua percentagem é diferente: a execução e apresentação de exposições é a actividade predominante enquadrada na acção museológica da comunicação, seguindo-se as acções de conservação e recolha. As casas da cultura mantêm o padrão dedicando-se às acções de conservação, exposição e recolha. A documentação e inventário tem nestes processos a mesma representatividade que a recolha.

Se relacionarmos as acções de ordem técnica com a iniciativa de arranque dos processos museológicos observam-se as seguintes frequências:

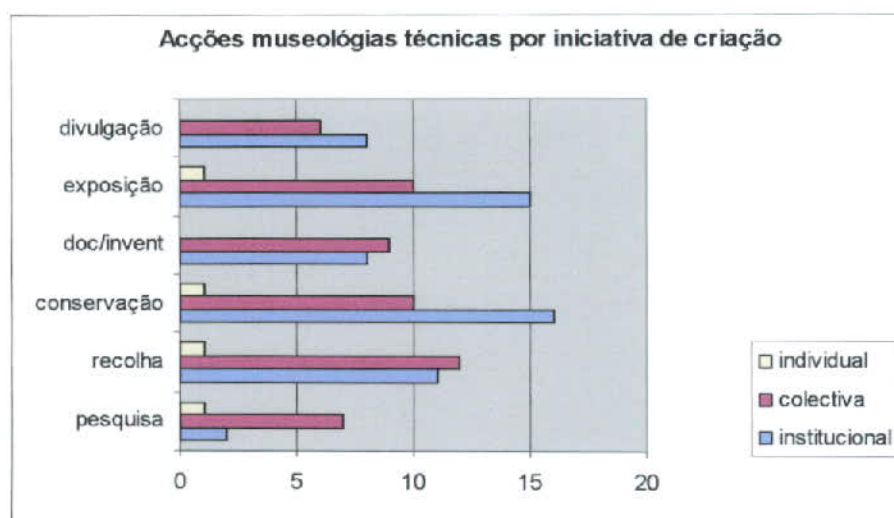


Gráfico 7

Acções museológicas técnicas por iniciativa de criação

Da leitura deste gráfico conclui-se que os processos museológicos de criação institucional dedicam-se maioritariamente às acções de divulgação, exposição e conservação, enquanto os originados por iniciativa colectiva se dirigem preferencialmente às acções de documentação e inventário, de recolha e de pesquisa. O único processo de iniciativa individual executou as acções técnicas de exposição, conservação e pesquisa.

Parece claro que os processos institucionais preferem as acções museológicas técnicas com maior visibilidade no exterior, visando o turismo, enquanto os processos colectivos se dedicam às acções mais reservadas, viradas para o interior da comunidade e fundamentam o seu trabalho numa acção de pesquisa.

Avaliadas as frequências das acções museológicas técnicas, dedicamos a nossa atenção às acções museológicas socializadas entendidas como aquelas que consideram o social, o sujeito como objecto da sua atenção. Estas acções trabalham com a noção alargada de património e consideram o ser humano integrado no meio ambiente.

Da análise da actividade dos processos museológicos existentes na Beira Interior Sul, elaboramos uma listagem das acções museológicas socializadas constatadas:

- a valorização e utilização dos recursos locais;
- a sensibilização e educação patrimonial;
- o apoio ao ensino e acção educativa;
- a formação profissional;
- a valorização de antigos saberes;
- a realização de eventos culturais e artísticos;
- a reabilitação de actividades tradicionais;
- a educação ambiental;
- e as acções de análise e reflexão sobre o património originando produção do conhecimento.

Por acção de valorização e utilização dos recursos locais entendemos as acções desenvolvidas recorrendo ao potencial patrimonial local e ao potencial humano local sem recursos e entidades ou personalidades exteriores.

Na acção de sensibilização e educação patrimonial incluímos as actividades que visam chamar a atenção de um determinado público ou da comunidade local para a existência de património cultural relevante e para os cuidados necessários com a sua preservação. São exemplos destas acções as visitas ou passeios de estudo, seminários, conferências, actividades temáticas e de rua.

As acções de apoio ao ensino e acção educativa prendem-se na sua maioria com a alfabetização tecnológica visando o ensino da informática. Existem também acções de